



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO:

Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais

IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DE NOVA LONDRINA

Ana Flávia Augusto Bezerra Fernandes (Assistente Social) –
anaflaviabfernandes@hotmail.com
Crishna Mirella Andrade Correa (Orientador)
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir em que o Programa Bolsa Família altera a realidade de suas famílias beneficiárias, em especial na vida das mulheres, buscando perceber se o benefício causa algum impacto nessas relações familiares. Também apresenta uma conceituação sobre cidadania, e uma breve evolução histórica dos direitos sociais no Brasil, chegando-se ao Programa Bolsa Família, explanando sobre o mesmo. A metodologia da pesquisa foi de cunho quantiquantitativo, com base em pequenas entrevistas realizadas a cinco beneficiárias do programa no município de Nova Londrina – PR. Conclui-se então, que apesar dos limites e poucas possibilidades, essas mulheres buscam formas de superar as vulnerabilidades sociais. As políticas sociais colaboram neste contexto, buscando garantir os direitos a todos.

Palavras-chave: Mulher, Programa Bolsa Família, Políticas Sociais.

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo refletir em que o Programa Bolsa Família altera a realidade de suas famílias beneficiárias, em especial na vida das mulheres. Trata-se de um estudo investigativo buscando perceber se o benefício causa algum impacto nessas relações familiares. A pesquisa foi realizada no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), de Nova Londrina, PR. Os dados quantiquantitativos foram coletados através de entrevista com roteiro semi-estruturado e aplicado a cinco mulheres beneficiárias.

O Programa Bolsa Família é uma política social pública de transferência de renda, criado pelo Governo Federal em 2004, e que desde seu início foi alvo de debates. Buscando compreendê-lo, neste trabalho abordaremos sobre a concepção de cidadania, junto a um pequeno resgate histórico dos direitos sociais e de como essas políticas estão pautadas atualmente.



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

A partir disto, podemos assimilar como de fato está posto o Programa, suas características, objetivos, critérios e condicionalidades, para assim, analisar quais os impactos na vida das famílias beneficiárias. As reflexões construídas no decorrer dessa pesquisa poderão motivar novos estudos dos modos e condições de vida das famílias beneficiárias do programa.

Materiais e métodos

A partir do tema de análise, fez-se necessário a realização de uma pesquisa, com abordagem direta, com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, já que este é o público alvo da pesquisa. Para tanto foi elaborado um instrumental de pesquisa, para a realização de entrevistas semi-estruturadas, com quatorze questões. Esta pesquisa é de caráter quantitativo, a qual tem como objetivo verificar se o programa causa algum impacto nas relações das famílias beneficiárias.

Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres, individualmente no espaço do CRAS de Nova Londrina-PR. A partir dos dados coletados em entrevista, fez-se uma análise temática mediante as falas das entrevistadas, a partir do referencial teórico.

Resultados e Discussão

A partir das entrevistas realizadas, constatou-se que a faixa etária das entrevistadas, varia de quatorze para cinquenta anos de idade, sendo que a maioria (60%) está na faixa dos trinta anos. Quanto ao estado civil, 40% são casadas, 40% convivem maritalmente e 20% são solteiras.

Sobre o número de filhos, 60% tem três, 20% dois e 20% um, onde percebe-se uma média de 2.4 filhos por família. Este dado, já desmente a falácia de que os beneficiários do PBF tendem a ter mais filhos para aumentar o valor do benefício.

O tempo de permanência no programa está entre três meses e dez anos, o que demonstra que realmente a porta de saída do programa ainda é uma dificuldade. Sobre isso Marco Aurélio aponta que é necessário “construir



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

políticas que possam efetivar a transição de situação de dependência em relação aos programas de transferência de renda para um estágio sustentável de inclusão social que combine participação no mercado de trabalho com garantia de direitos”.(WEISSHEIMER, 2010, p.68)

O valor do benefício mensal das entrevistadas é de: duas famílias recebem R\$ 182,00 e o restante R\$ 147,00, R\$ 70,00 e R\$ 35,00. É um valor baixo, quando comparamos com o número de filhos, percebendo que o programa não é a única renda familiar. Portanto, não encontramos dados consistentes que reforcem ao argumento do efeito preguiça do Programa.

A maioria das entrevistadas ressaltou que utilizam o benefício na compra de medicamentos e realização de exames, o que deixa exposto que a política de saúde ainda tem diversos déficits, e deixa à população a mercê. Portanto, fica claro que esta política merece maior atenção e investimento do Estado. Esse dado também nos deixa claro que o valor recebido não é utilizado na compra de objetos supérfluos, como o censo comum diz, pois além dos medicamentos, as entrevistadas citaram a aquisição de fraldas, sendo que todas ressaltam que utilizam o benefício em favor dos filhos.

No que diz respeito à autonomia financeira das mulheres, todas não possuíam o hábito de ir ao banco ou casas lotéricas, antes da necessidade de frequentar estes locais para receber o benefício. Também não possuíam renda própria, sendo que apenas 40% coloca que administrava as despesas da casa, mas com a renda do esposo. 80% das entrevistadas é quem recebe e administra o benefício, não dependendo exclusivamente do marido, o que demonstra uma autonomia financeira destas mulheres, já que a independência financeira e do poder de decisão são fatores inseparáveis desta autonomia. Rego e Pinzani (2013) afirmam que estes dados são uma “avaliação positiva do programa de renda familiar e a consciência da superioridade feminina no quesito da responsabilidade maior na gestão da economia doméstica.” (REGO e PINZANI, 2013, p. 27)



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

Quando questionadas sobre os benefícios do programa em suas vidas, todas afirmam que é bom e precisa continuar, mas ressaltam que o valor recebido ainda é baixo.

O programa garante mudanças significativas na vida das famílias beneficiárias, principalmente agindo diretamente na autonomia das mulheres que, no caso de Nova Londrina nunca haviam vivenciado uma rotina de ir ao banco, superando uma cultura de resignação. Isto pois “possui em germe condições de se transformar em política pública de cidadania para efetivar no Brasil um desenvolvimento econômico comprometido com a radicalização substantiva da nossa democracia.” (CAMPELLO, 2013, p.35)

Levando-se em consideração esses aspectos, podemos concluir que essas mulheres, após se tornarem beneficiárias do Programa Bolsa Família, passam a possuir maior autonomia financeira, repercutindo em suas relações conjugais, bem como assumindo o papel de responsável pela garantia de bens materiais as suas famílias.

Considerações finais

A partir dos estudos realizados neste trabalho, podemos afirmar que o Programa Bolsa Família é uma tentativa de superação da pobreza em nosso país. Porém, não se pode deixar de considerar que o problema da desigualdade não será solucionado apenas com a manutenção ou expansão de programas de transferência de renda. É necessário que aconteça uma verdadeira reordenação na estrutura política, e em todas as dimensões políticas e sociais.

Não se pode deixar de reconhecer que o programa tem sido um alívio imediato da pobreza e de outras questões sociais, buscando uma superação no pessoal e econômico na vida das famílias beneficiárias.

Buscando perceber os impactos na vida das mulheres beneficiárias, visualizamos que com o programa, a autonomia social e econômica se torna possível. Isto se dá através das ações complementares oferecidas pelo Programa Bolsa Família que buscam qualificar as mulheres, buscando que elas



ANAIS DO II SEMINÁRIO SOBRE GÊNERO: **Os 10 anos da lei Maria da Penha e os desafios das políticas públicas transversais**

garantam um lugar na sociedade como provedoras de seus sustentos e das suas famílias. Além disso, podem superar a submissão de gênero, através de sua participação na renda familiar.

O que ficou notório também é o significado do programa para essas mulheres. Percebe-se que vem ocorrendo um crescimento das mulheres como chefes de famílias, e a partir desse benefício, isto é reforçado, pautando possibilidades de assumirem de fato esta posição. Ressaltamos que o fator da renda é significativo, mas não o único.

Conclui-se então, que apesar dos limites e poucas possibilidades, essas mulheres buscam formas de superar as vulnerabilidades sociais. As políticas sociais colaboram neste contexto, buscando a igualdade de direitos.

Agradecimentos

Agradeço a orientadora deste trabalho, professora Crishna Mirella Andrade Correa pela paciência e dedicação. Também a UEM e equipe do CRAS-Nova Londrina.

Referências

- CAMPELO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELO, Tereza e NERI, Marcelo Cortes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, Ipea, 2013.
- GUILHERME, Cássio Augusto S. A. **Programa Bolsa Família: caracterização e estudo de caso**. Maringá: 2014.
- REGO, Walquiria Domingues Leão; PINZANI, Alessandro. **Liberdade, Dinheiro e Autonomia: O caso da Bolsa Família**. In Revista de Ciências Sociais, 38, Abril de 2013, pp. 21-42.
- WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avaliações, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.